



COSTURANDO LAÇOS ENTRE UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS: A ASSESSORIA-EXTENSIONISTA JUNTO ÀS OCUPAÇÕES URBANAS EM NATAL/RN

Amíria Bezerra Brasil

DARQ UFRN | amiria.brasil@ufrn.br

Juliana Silva Barros

PPGAU FAUUSP | juliana.silvabarros@usp.br

Miró Aires de Almeida

PPGAU UFRN | aires.miro@gmail.com

Sarah de Andrade e Andrade

Klimapolis UFRN | sarah.andrade@ufrn.br

Sessão Temática 12: Assessoria técnica territorial e extensão universitária

Resumo: Este artigo apresenta e discute a aproximação entre universidade e movimentos sociais com vistas à construção de um processo continuado de assessoria técnica à Habitação de Interesse Social, por meio da prática extensionista e seu diálogo com o ensino e pesquisa. Trata-se, especificamente, da atuação de acadêmicos vinculados ao Departamento de Arquitetura (DARQ) da UFRN e da relação destes com militantes do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB/RN) e do Movimento Olga Benário/RN. As experiências relatadas são ligadas às suas ocupações urbanas em Natal-RN, entre 2020 e 2024, junto às quais a assessoria-extensionista se deu por grupos com diferentes formações e temporalidades, acompanhando o ritmo das demandas e urgências dos ocupantes. Os trabalhos apresentados oferecem reflexões sobre a forma de fazer este tipo de Arquitetura e Urbanismo e, ao fazê-lo, permite a elaboração sobre os limites e potencialidades da atuação combinada de assessores-extensionistas e movimentos populares.

Palavras-chave: assessoria técnica; extensão universitária; movimentos sociais; ocupações urbanas.

SEWING TIES BETWEEN UNIVERSITY AND SOCIAL MOVEMENTS: UNIVERSITY EXTENSION AND TECHNICAL ADVISORY TO URBAN OCCUPATIONS IN NATAL/RN

Abstract: *This article discusses the interactions between universities and social movements in an effort to build a continuous technical advisory process for Social Interest Housing, through extension practices and their dialogue with teaching and research in the university. It addresses the involvement of academics from the Department of Architecture at the Federal University of Rio Grande do Norte (DARQ/UFRN) with activists from the Movement in Neighborhoods, Villages, and Slums (MLB/RN) and the Olga Benário Movement/RN. The experiences described are related to their urban occupations between 2020 and 2024, and were developed by groups of different people and in timeframes that follow the pace of the urgencies of the occupiers. The works presented offer reflections on how to carry out this type of Architecture and Urbanism and, in doing so, allow for the elaboration of the limits and potential of the combined action of advisors-extensionists and popular movements.*

Keywords: *technical advisory in Architecture and Urbanism; university extension; social movements; urban occupations.*

COSIENDO LAZOS ENTRE UNIVERSIDADES Y MOVIMIENTOS SOCIALES: EXTENSIÓN UNIVERSITARIA Y ASESORÍA TÉCNICA A OCUPACIONES URBANAS EN NATAL/RN

Resumen: *Este artículo analiza las interacciones entre universidades y movimientos sociales en el esfuerzo por construir un proceso continuo de asesoría técnica para la Vivienda de Interés Social, a partir de las prácticas de extensión y su diálogo con la docencia y la investigación en la universidad. Se aborda la participación de académicos del Departamento de Arquitectura de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte (DARQ/UFRN) con activistas del Movimiento de Barrios, Villas y Favelas (MLB/RN) y del Movimiento Olga Benário/RN. Las experiencias descritas están relacionadas con sus ocupaciones urbanas, organizadas entre 2020 y 2024, y fueron desarrolladas por grupos diferentes y en marcos temporales que acompañan el ritmo de las urgencias de los ocupantes. Los trabajos presentados ofrecen reflexiones sobre cómo realizar este tipo de Arquitectura y Urbanismo y, al hacerlo, permiten elaborar los límites y las potencialidades de la acción conjunta de asesores-extensionistas y movimientos populares.*

Palabras clave: *asesoramiento técnico; extensión universitaria; movimientos sociales; ocupaciones urbanas.*

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta e discute a aproximação entre universidade e movimentos sociais com vistas à construção de um processo continuado de assessoria técnica à Habitação de Interesse Social (HIS), por meio da prática extensionista e o seu diálogo com o ensino e a pesquisa na graduação e pós-graduação. Trata-se, especificamente, da atuação de acadêmicos vinculados ao Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ/UFRN) e da relação destes com militantes do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB/RN) e do Movimento Olga Benário/RN.

A relação do DARQ com os movimentos sociais em Natal, com as lutas pelo direito à cidade, pela reforma urbana e agrária e pelo direito à moradia se dá historicamente desde o início do curso¹, relacionando o exercício de sala de aula, as práticas extensionistas e as pesquisas desenvolvidas por docentes e discentes a ele vinculados. Das diversas experiências até aqui desenvolvidas, recortou-se, para este artigo, a recente aproximação do Departamento com MLB, que tem sido o mais ativo movimento na luta pelo direito à moradia, à cidade e pela reforma urbana em Natal, e com o Movimento Olga Benário, que também tem utilizado ocupações urbanas como instrumento de luta, e para os quais têm sido prestada assessoria técnica-extensionista por um grupo que tem vinculado tal prática às suas pesquisas e também ao ensino, tanto no âmbito da graduação como da pós-graduação.

Metodologicamente, o laço entre os referidos agentes, vai sendo tecido e consolidado em diferentes tempos, espaços e a partir de diferentes configurações de coletivos de trabalho, dos quais os autores e autoras são integrantes, também em diferentes momentos. Assim, além de uma breve menção à histórica e cotidiana formação extensionista do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN (CAU/UFRN) - do qual os assessores-autores aqui apontados são atuais discentes, docentes ou egressos - inicia-se o artigo com o relato de experiência da conformação e atuação do Projeto de Extensão Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFRN (EMAU Maré), da relação de seus integrantes com a dimensão do ensino (na graduação e pós-graduação), da pesquisa, e de como este primeiro projeto originou a atual prática extensionista desenvolvida pelo Coletivo Habitat Popular (C-POP) - detalhada a partir do item 2.

Para o referido relato, optou-se por costurar os diversos momentos e práticas a partir das urgências dos Movimentos e respostas da Universidade, cujo tempo burocrático é diferente daquele das demandas por assessoria. Portanto, a prática assessora-extensionista objeto do artigo aqui apresentado, tem-se revezado entre atender às necessidades dos Movimentos, sobretudo, quanto ao desenvolvimento de projetos e melhorias habitacionais e, ao mesmo tempo, envolver os alunos na temática, seja pela via dos projetos de extensão, no contexto da sala de aula ou pelas pesquisas derivadas das inquietações que, naturalmente, fundamentam ou derivam do trabalho. Essa tarefa tem-se tornado essencial, em especial, diante da recente curricularização da extensão, incorporada ao atual Projeto Pedagógico de

Curso (PPC) do CAU/UFRN, implementado desde o primeiro semestre do ano de 2024, mas que já era prática extracurricular consolidada.

1. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E MOVIMENTOS DE MORADIA

A extensão universitária conduzida por docentes e discentes do DARQ/UFRN estabelece, desde a década de 1990, relações com diversos movimentos populares. Nas atividades desenvolvidas na esfera do Planejamento Urbano e Regional (PUR), destacam-se os movimentos de luta por moradia, com os quais ensaia-se diversas possibilidades para a construção coletiva do conhecimento acerca do urbano, motivada e derivada da associação entre teoria e prática, pautada “[...] não apenas na troca de saberes, mas também na confluência de saberes, sempre tendo por base a experiência real do e no território, em parceria com atores externos à universidade” (D’Ottaviano, 2019, p. 17).

Diante disso, quando o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010 - reiterado pelo PNE 2014-2023 - estabeleceu a curricularização da extensão em, pelo menos, 10% da carga horária total dos cursos de graduação, o CAU/UFRN implementou poucos ajustes à sua estrutura, uma vez que a extensão não é um apêndice do processo formativo, mas instrumento indissociável do ensino e da pesquisa (Bentes Sobrinha et al., 2019). Tal diretriz já estava contemplada por meio de diversas práticas pedagógicas como, por exemplo, os ateliês de Planejamento e Projeto Urbano e Arquitetônico, que elaboraram leituras e reflexões sobre a realidade socioespacial de Natal e sua Região Metropolitana (RMN), propondo soluções para as demandas apresentadas em articulação/consulta com as lideranças comunitárias locais e os instrumentos urbanístico-arquitetônicos apreendidos ao longo do processo educacional (Andrade et al., 2023).

Dessa forma, a atuação dentro e fora da Universidade, dos docentes e discentes vinculados ao CAU/UFRN na área de PUR, esteve e está fundamentada pelo engajamento dos grupos de pesquisa, dos projetos de extensão e/ou das disciplinas da graduação e pós-graduação nas demandas, limites e possibilidades da “cidade real”, buscando garantir, não só a excelência do Curso mas, sobretudo, a formação de profissionais comprometidos com a transformação da insustentável realidade socioespacial nas cidades, no campo, nas águas e nas florestas brasileiros.

Neste item, como exemplo destas práticas, dar-se-á destaque ao recente entrelace entre as ações de ensino, pesquisa e extensão do CAU/UFRN e o MLB, por meio da Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), foco de análise deste artigo.

1.1 TECENDO LAÇOS

Os EMAUs são uma iniciativa da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (FENEA), operados sem fins lucrativos e geridos por estudantes como “grupo extensionista, de iniciativa e gestão estudantil que realiza estudos e projetos de arquitetura e urbanismo às

comunidades excluídas” (FENEA, 2006, p. 18). Criado em 2018 por alunos do CAU/UFRN, O Maré surgiu do interesse dos discentes em conduzir, eles próprios, as escolhas das comunidades, leituras, e enfoques de atuação, inspirados por uma formação cujo pano de fundo é o tripé ensino-pesquisa-extensão.

As grandes catalisadoras para criação do Escritório foram as disciplinas optativas “Assistência técnica a habitação de interesse social (ATHIS)”, no nível da graduação, e “Habitação e Tecnologias Sociais”, no nível da pós-graduação, que vêm sendo ministradas de forma conjunta por professoras do DARQ/UFRN, desde 2009. Na oferta do ano de 2018, nível de graduação, observou-se, além da participação de alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, alunos de áreas afins, como Direito, Engenharia Civil e Serviço Social. A nível de pós-graduação, manteve-se focada para os alunos do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU). A interação entre graduação e pós-graduação, juntamente com a participação de estudantes de diferentes áreas do conhecimento, fortaleceu a interdisciplinaridade das discussões.

De maneira resumida, as disciplinas trazem em suas ementas a busca por explorar as experiências de assistência técnica no Brasil, desde o papel da universidade na formação, por meio do tripé ensino-pesquisa-extensão, até as experiências das assessorias técnicas profissionais e os projetos de HIS. Além disso, como um espaço de fortalecimento teórico e compartilhamento das experiências empíricas, as disciplinas são construídas de forma a incentivar a participação de discentes integrantes de projetos de extensão ligados à temática da assessoria técnica. Destacam-se, nesse período, o EMAU Maré, o Fórum Direito à Cidade, o Núcleo Urbano do Projeto Motyrum de Educação Popular em Direitos Humanos e o Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH).

Ainda em 2018, uma das atividades das disciplinas consistiu em viagem para Salvador/Bahia, para conhecer a Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E) na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA/UFBA). A RAU+E é um curso de pós-graduação lato sensu para profissionais recém-formados em Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e áreas correlatas, visando a especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, de caráter pluridisciplinar, com oferta bianual e gratuita (Gordilho-Souza, 2011).

Na ocasião, os alunos da UFRN também tiveram a oportunidade de conhecer os trabalhos desenvolvidos pelo EMAU Curiar, programa de extensão da UFBA, também gerido por estudantes, sob orientação docente. A partir dessa vivência, o EMAU da UFRN começou a se articular e, em 2019, se institucionalizou como um projeto de extensão sob orientação da Professora Amíria Brasil. Essa experiência ilustra a importância da troca entre universidades para o fortalecimento dos grupos de pesquisa e extensão.

Dentre as atividades do EMAU Maré, destaca-se a assessoria técnica ao MLB, com início em 2020, a partir da ocupação, pelo Movimento, de uma edificação ociosa da UFRN, o que se desdobrou no acompanhamento de diversas ações do movimento - apresentadas adiante. O

MLB é um “movimento social nacional que luta pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente [...] formado por milhares de famílias sem-teto de todo o país vítimas da ação predatória da especulação fundiária e imobiliária” (MLB, 2021, online²). Fundado em 1990, o Movimento está presente em 16 estados e no Distrito Federal e, dentre suas propostas, está a produção social da moradia, com foco na autogestão e na autoconstrução como caminhos para a formação de comunidades mais conscientes e ativas na luta por seus direitos (MLB, 2019).

Em Natal, o Movimento iniciou sua atuação em 2004, realizando ocupações urbanas em terrenos e edificações vazias, contabilizando, com isso, mais de 2.000 unidades habitacionais conquistadas por meio de programas habitacionais públicos. Nesse contexto e, mais especificamente, na luta por moradia na área central de Natal - sujeita ao abandono, sobretudo, do Estado e suas políticas públicas - no segundo semestre de 2020, o MLB ocupou o prédio da antiga sede da Escola de Direito da UFRN, localizado no histórico bairro da Ribeira, Região Administrativa (RA) Leste de Natal. O imóvel, abandonado há mais de 19 anos, sem cumprir sua função social, deu lugar à Ocupação Emmanuel Bezerra (figura 1), que, por cerca de quatro meses, serviu de moradia para aproximadamente 70 famílias.

Figura 1: Ocupação Emmanuel Bezerra



Nota: incluir explicação caso necessário.
Fonte: Jornal A Verdade, 2020.

Nos primeiros momentos da ocupação, a UFRN entrou com uma ação de reintegração de posse, alegando que as condições estruturais do prédio apresentavam riscos às famílias

ocupantes e justificando a necessidade de desocupação pela existência de um projeto de restauro e reuso do imóvel. Diante disso, o Movimento buscou apoio³ junto a projetos de extensão da UFRN⁴ para auxiliar nas negociações e fornecer suporte técnico em busca de uma solução viável e adequada às famílias. Da parte dos projetos de extensão, o resultado dessa articulação foi uma carta direcionada à Universidade, solicitando um espaço de negociação como alternativa à reintegração de posse.

A partir dos esforços de articulação do MLB junto aos grupos extensionistas e a outros apoiadores do Movimento, o processo judicial foi levado a uma série de audiências de conciliação, mediadas pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RN). A partir delas, foi firmado um acordo no qual o Governo do Estado do RN concordou em incluir 30 famílias no Programa Pró-Moradia, do Governo Federal, para que recebessem unidades habitacionais a serem construídas em terreno doado pela Prefeitura Municipal do Natal (PMN). Ao mesmo tempo, a Prefeitura assumiu a responsabilidade de alugar um imóvel, pelo período de dois anos, para abrigar essas famílias, até a entrega das novas unidades. Com isso, o MLB assegurou a desocupação do prédio.

Em março de 2021, a ocupação foi realocada para um galpão no mesmo bairro (figura 2), no entanto, o espaço não foi reformado para uso habitacional, apresentando infraestrutura precária e condições ambientais insalubres - como o calor excessivo - razão pela qual o MLB contactou mais uma vez o DARQ/UFRN. No contexto da disciplina de ATHIS e Tecnologias Sociais, os alunos desenvolveram propostas para o conforto ambiental do espaço e o EMAU Maré foi convidado para acompanhar as soluções.

Figura 2: Galpão da Ocupação Emmanuel Bezerra

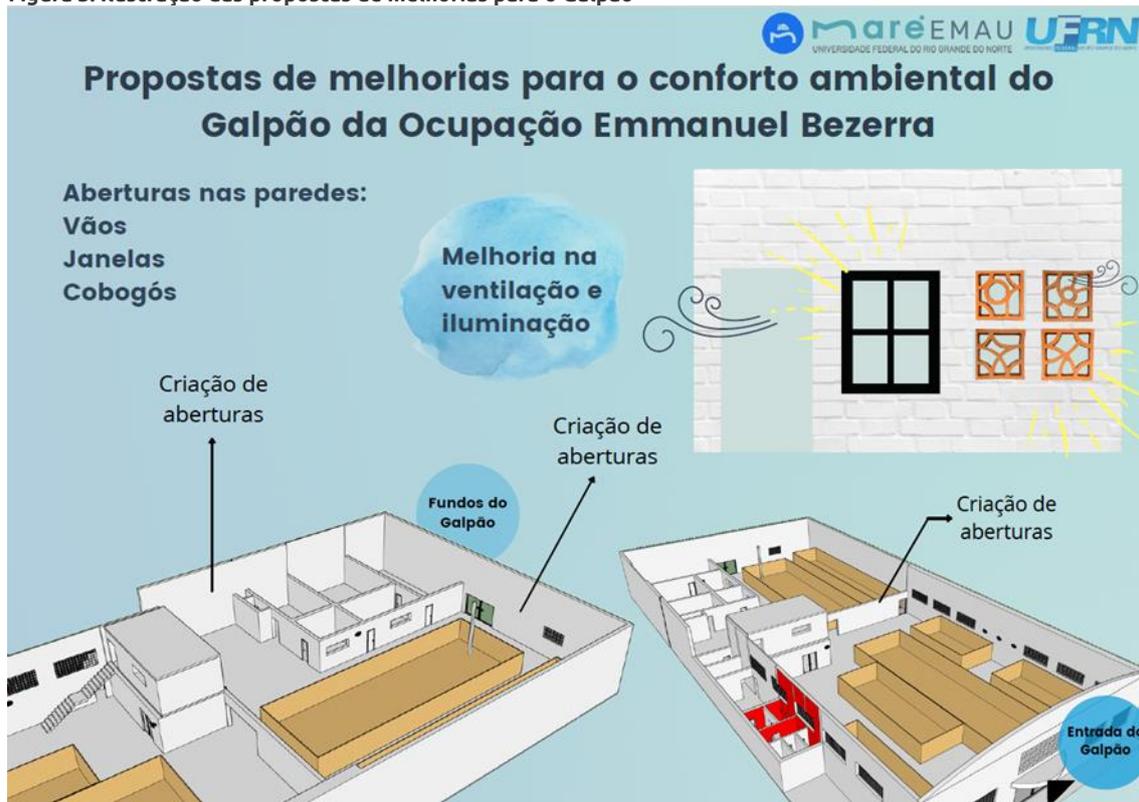


Fonte: Os autores, 2021.

No contexto da sala de aula, as disciplinas utilizaram o método de “aprendizagem baseada em problemas”, permitindo que os estudantes contribuíssem com soluções para as questões do galpão sob uma perspectiva interdisciplinar. Ainda em paralelo ao desenvolvimento dessas atividades, o Maré formou uma equipe de projeto para dar continuidade ao trabalho, já que, após a finalização do semestre letivo e, portanto, do “tempo da disciplina”, o Escritório Modelo assumiria completamente a interlocução com o Movimento.

No contexto da extensão, para além dos estudantes, o trabalho contou com a participação e foi orientado também por docentes do Laboratório de Conforto (LABCON) que desenvolve atividades nas áreas de conforto ambiental e eficiência energética. As soluções foram planejadas considerando os limites financeiros do Movimento e as restrições a alterações, já que se tratava de um imóvel alugado. Foram propostas medidas pontuais e de fácil execução, que pudessem ser realizadas pelos próprios ocupantes, com o objetivo de melhorar o conforto térmico e lumínico, como: a abertura de novas esquadrias, a pintura do telhado com tinta branca para reduzir a absorção de calor, e a substituição de algumas telhas de fibrocimento por telhas transparentes para aumentar a entrada de luz natural (figura 3).

Figura 3: Ilustração das propostas de melhorias para o Galpão



Fonte: EMAU Maré, 2021.

As intervenções não chegaram a ser feitas pois, além do MLB não conseguir arcar com os custos, estas não foram autorizadas pelo proprietário do galpão, mantendo a permanência no local insustentável. Novos problemas surgiam a todo momento, como o subdimensionamento da tubulação de esgoto dos banheiros e os frequentes alagamentos causados pelas fortes chuvas combinadas ao sistema público de drenagem deficitário.

Com este primeiro alinhamento, a trama que articulou o MLB e o grupo docente e discente que compõe o EMAU estava posta e foi sendo consolidada por meio da aproximação do Movimento às ações de ensino e pesquisa no DARQ/UFRN - fato detalhado a partir da dinâmica de outras atividades, relatadas adiante.

1.2 CONSOLIDANDO LAÇOS

A primeira experiência relatada nesta subseção representa o início do estabelecimento de um grupo de profissionais que vêm atuando com assessoria técnica em Natal, ainda de forma incipiente e instável, formado por arquitetos egressos da UFRN e do EMAU. A realização de uma nova ocupação do MLB, a Valdete Guerra, em julho de 2021 - na RA Oeste da cidade, no bairro do Planalto, área periférica de Natal - originou nova demanda de assessoria para o EMAU.

A referida ocupação foi realizada em terreno ocioso, pertencente à PMN (figura 4) e, segundo o MLB, o espaço seria originalmente destinado à construção de uma lagoa de captação para drenagem urbana, que nunca chegou a ser concretizada. Isso motivou o Movimento a demandar a doação do terreno para a autoconstrução de habitações de cerca de 200 famílias ocupantes, em sua maioria já residentes ou que possuíam vínculos diretos com a região.

Figura 4: Ocupação Valdete Guerra.



Fonte: Os autores, 2024.

Para isso, a demanda do movimento foi a produção de material que pudesse ser utilizado como instrumento de diálogo com a Prefeitura nas negociações para consolidação da ocupação e o atendimento de suas reivindicações. Em razão da urgência para o início das tratativas com a municipalidade, foi definido que esse trabalho seria realizado por duas arquitetas recém-formadas, ex-integrantes do EMAU, com o apoio da professora orientadora do Escritório.

Diferentemente das atividades de extensão que vinham sendo realizadas pelo EMAU, essa experiência se aproximou mais da atuação profissional de assessoria técnica, sobretudo, pela sobreposição entre complexidade e urgência. Esse último ponto, foi vital para a “abdicção” da equipe do EMAU, pois a assessoria ao MLB não era a única de suas atividades, mas exigia um nível de dedicação compatível com a exclusividade. Na maior parte dos casos, o ritmo das ocupações é o ritmo da urgência, da produção da moradia por autoconstrução sem orientação técnica, da negociação imediata com o Poder Público para recursos, etc., o que entra em conflito com o tempo do projeto, da universidade e das assessorias. Esse é um dos desafios neste tipo de atuação, que requer a adequação dos instrumentos e processos de trabalho, como aponta a Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais (TCA), Organização Não-Governamental de Assessoria Técnica fundada em 1993 no estado de São Paulo:

Neste contexto em que o tempo do projeto, como instrumento de controle da produção do espaço, é fragorosamente atropelado pelo tempo frenético da autoconstrução, somos interpelados a refletir sobre o quanto a lógica e as ferramentas de trabalho clássicas da arquitetura e do urbanismo (levantamentos, que originam estudos, que originam projetos, que originam detalhamentos, que só então liberam o início da execução) dão conta do propósito de contribuir para a qualificação do espaço urbano periférico, uma vez que estas condições ideais estão completamente fora destas realidades periféricas. Fica em aberto a necessidade de se encontrar um formato e um ferramental de trabalho para a arquitetura, capazes de efetivamente agregar mais qualidade urbanística e edilícia ao espaço periférico, minimizando a incidência de precariedades. (Santo Amore; Pereira; Horigoshi, 2018, p. 17).

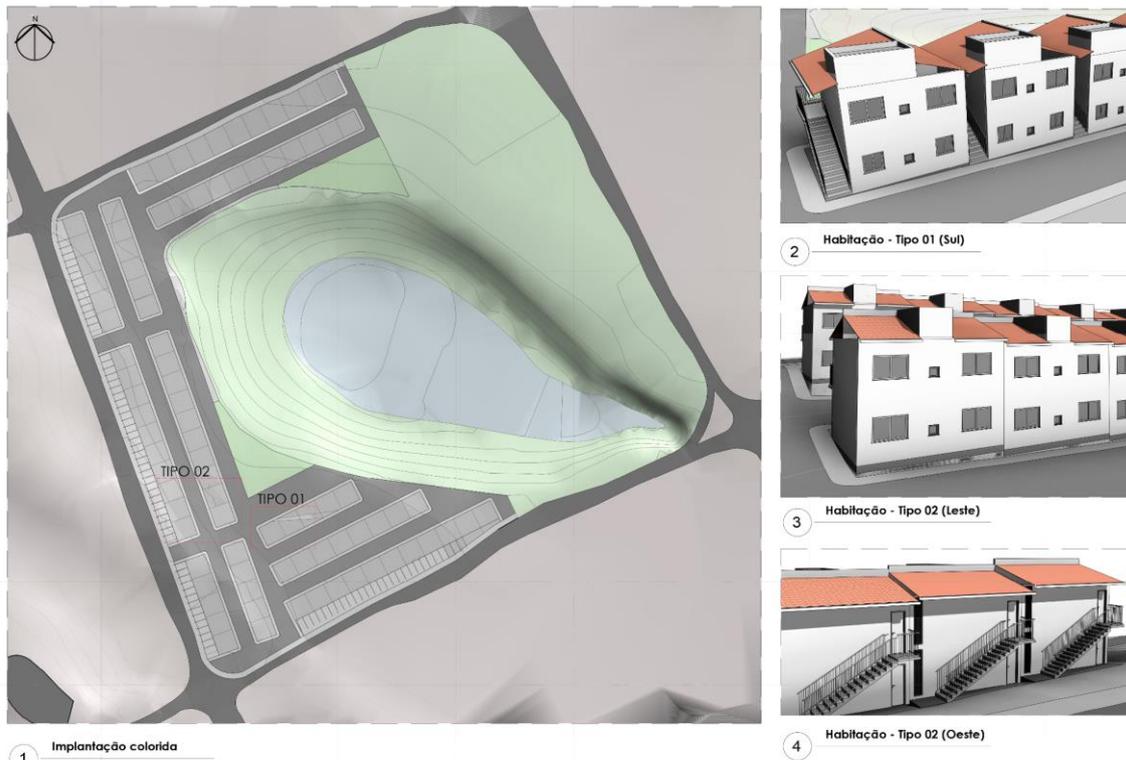
No trabalho desenvolvido junto à Ocupação Valdete Guerra, a assessoria produziu um estudo de viabilidade que incluiu o parcelamento do solo, com traçado de ruas e lotes, buscando preservar algumas das características da implantação já existente na ocupação (figura 5). Além disso, foram apresentadas duas propostas de unidades habitacionais, pensadas para atender às necessidades das famílias ocupantes e considerando a viabilidade de execução futura por meio de autoconstrução.

É importante destacar que os materiais produzidos nessas experiências são elaborados com rigor técnico, aliado ao diálogo e à troca de saberes com os moradores das ocupações/comunidades e com as lideranças dos movimentos sociais, resultando em processos participativos, de fato. Isso exige a elaboração de estratégias de comunicação e ferramentas que facilitem a compreensão das decisões técnicas por todas as partes envolvidas.

Essa abordagem participativa é algo que não consegue ser plenamente explorado dentro das salas de aula, devido, principalmente, às limitações impostas às disciplinas, sobretudo, quanto à duração dos períodos letivos. Nesse contexto, os projetos de extensão têm desempenhado um papel essencial ao aproximar a universidade da sociedade, promovendo a troca de conhecimentos e integrando ensino, pesquisa e prática. No caso do EMAU, a participação social e as metodologias participativas são fundamentais e estão previstas na

carta de princípios do escritório modelo e continuamente aprofundadas e aperfeiçoadas durante os momentos de formação e, principalmente, no cotidiano da atuação do Maré.

Figura 5: Estudo de Viabilidade da Ocupação Valdete Guerra



Fonte: Os autores, 2021.

Essas experiências de extensão, pesquisa e assessoria desenvolvidas junto ao MLB, bem como as atividades realizadas nas disciplinas, não apenas permitiram a continuidade da atuação de profissionais recém-formados nesse campo - mesmo que de forma voluntária - mas também despertaram em outros alunos o interesse em integrar projetos que reúnem assessoria técnica profissional e extensão universitária. Em boa parte dos trabalhos desenvolvidos com o Movimento, no entanto, o ritmo de urgência afetou o caráter participativo característico da assessoria, fazendo-se necessário mediar a importância do diálogo e do protagonismo das famílias ocupantes no desenvolvimento das soluções e os curtos prazos de desenvolvimento dos produtos técnicos.

Em paralelo ao trabalho desenvolvido com a Ocupação Valdete Guerra, em 2022 uma nova demanda do MLB foi incorporada enquanto atividade extensionista desenvolvida no DARQ/UFRN e parcialmente integrada à dimensão do ensino - na graduação em Arquitetura e Urbanismo -, à medida em que integrou a discussão do Trabalho Final de Graduação (TFG) de um dos ex-integrantes do Maré: trata-se da Ocupação Palmares.

Iniciada em 2022, a Palmares ocupou um galpão remanescente do patrimônio ferroviário de propriedade da União, no bairro da Ribeira, área central de Natal, cedido à Prefeitura (figura 6). As ocupações na área central além de serem instrumentos de luta por moradia representam a denúncia da ociosidade de muitos imóveis, e esvaziamento dessa área. Essas

denúncias coadunam e dialogam com as pesquisas feitas no DARQ através do projeto “Dinâmicas socioespaciais e planejamento territorial: vazios urbanos e segregação urbana como reflexo do não cumprimento da função social da propriedade e da cidade”.

Figura 6: Ocupação Palmares



Fonte: Os autores, 2022.

Novamente, diante da ocupação, ações de reintegração de posse se seguiram, dessa vez, movidas pela municipalidade, o que motivou o Movimento a demandar um estudo que atestasse a viabilidade de conversão do galpão em residências unifamiliares, bem como a construção de espaços de uso comum. Esse trabalho já havia sido feito entre os assessores-extensionistas e o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), no contexto de um evento organizado pela referida pesquisa em articulação com outra, focada nesta população. O evento aconteceu em 2019 e foi intitulado: “Tanta gente sem casa, tanta casa sem gente”. Em formato de oficina foram desenvolvidas propostas para ocupação dos galpões e transformação destes em abrigos temporários e locais de assistência social para o grupo da população em situação de rua (figura 7).

Ainda como proposta para ocupação dos vazios urbanos na área central de Natal, uma disciplina do CAU/UFRN (Ateliê Integrado - 9o período) trabalhou com essa temática e teve como produto final, projetos de reconversão para esses diversos vazios, no contexto da luta travada pelas ocupações dessa área.

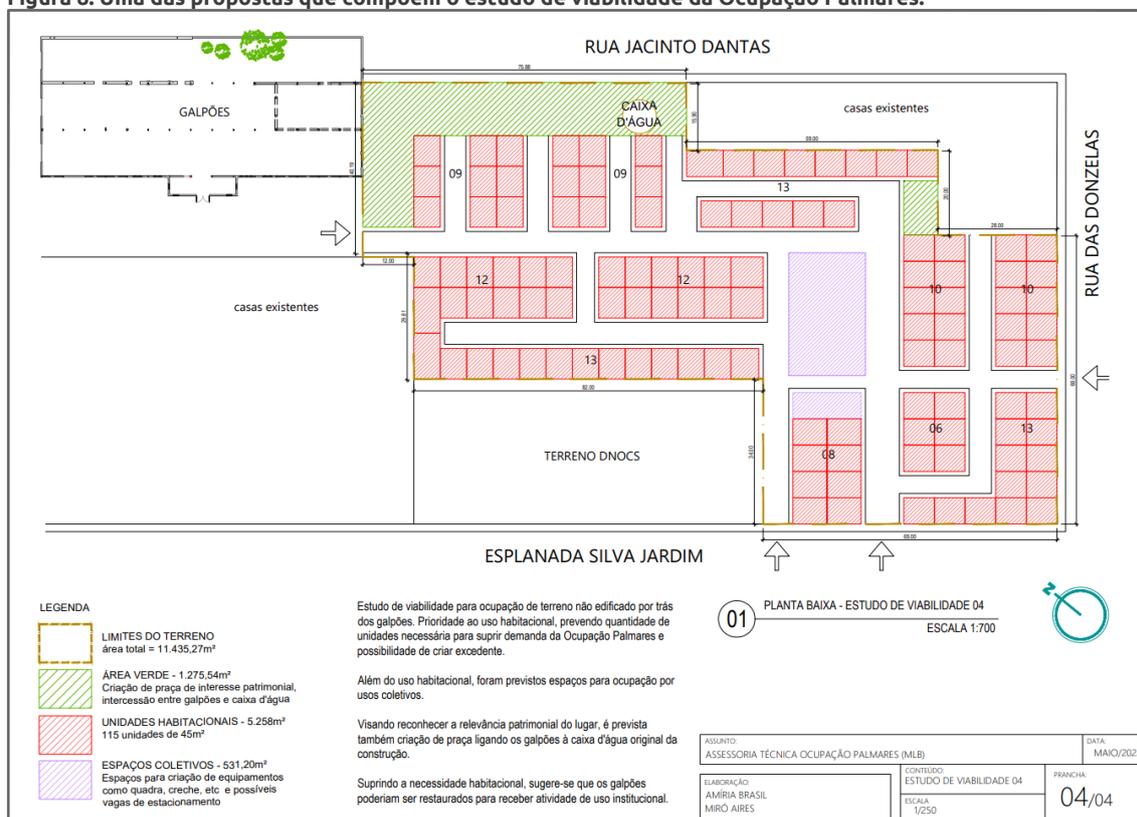
Com o MLB, a partir da ocupação Palmares, foi desenvolvido pelo grupo extensionista um estudo de viabilidade de construção de moradias no galpão, mas também de novas moradias em um terreno desocupado imediatamente atrás do imóvel, identificado por aquela pesquisa como vazio urbano (figura 8). Este terreno, também de propriedade da União, encontrava-se sem cessão de uso vigente.

Figura 7: Oficina durante o evento Tanta Gente sem Casa, Tanta Casa sem Gente



Fonte: Os autores, 2019.

Figura 8: Uma das propostas que compõem o estudo de viabilidade da Ocupação Palmares.



Fonte: Almeida, 2022.

A produção desse material ocorreu em prazo reduzido, para atender às datas das audiências de conciliação marcadas, mas, de fato, não tinha a intenção de ser um “projeto acabado” e sim apresentar possibilidades para, a partir do conflito, iniciar um processo de negociação com o Poder Público para viabilizar a construção de moradias dignas e bem localizadas, mantendo as famílias no centro de forma definitiva. Embora tenham sido elaborados, os estudos não chegaram a ser apresentados: o processo que reivindicava a reintegração foi arquivado, em função da falta de manifestação de interesse da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Em momentos de conflito e em ambientes de conciliação judicial, produtos técnicos elaborados pela assessoria, junto ao Movimento, podem servir como argumentos que respaldam a viabilidade da permanência em locais ocupados ou apontam novas possibilidades de negociação, mais alinhadas com os interesses dos ocupantes. Infelizmente, é comum que sejam apresentados acordos desfavoráveis às comunidades e movimentos frente a ameaças de remoção, como alternativa única.

A solução habitacional para os “removidos”, quando existente, apresenta-se também como um benefício (sem reconhecer a moradia de que a família dispunha). Ressalta-se seu caráter formal, a propriedade privada, e, portanto, o acesso à moradia digna (a despeito da baixa qualidade construtiva, das pequenas dimensões, e problemas urbanísticos recorrentes nos empreendimentos habitacionais públicos) em face à condição anterior, qualificada como indigna, informal e criminalizada [...].

Os casos de resistência vão no sentido de se contrapor a essa condição articulando múltiplos recursos para desconstruir argumentos técnicos mobilizados pelos agentes de poder, conquistar legitimidade em sua ação política e ter seus direitos reconhecidos. Em alguns casos, conseguem ir além e colocar em questão as próprias estruturas dominantes de produção do espaço urbano (Tanaka, Oliveira e Cólis, 2019, p. 6-7).

As ações de assessoria técnica ao MLB/RN, desenvolvidas por grupos com formações diferentes em cada ocasião, têm contribuído com as respostas às ameaças e com a luta para criar alternativas que tragam mais dignidade às famílias. A urgência também integra o desenvolvimento dessas atividades de assessoramento, impressa pelo ritmo do processo judicial. Nas ocupações da área central de Natal, vêm sendo reforçado o debate quanto à permanência nos locais ocupados ou em seus arredores, tentando evitar realocações para regiões periféricas.

O diálogo dos alunos-extensionistas com as demandas do MLB por meio do Escritório Modelo, das disciplinas na graduação e pós-graduação e do próprio TFG, desdobrou, ainda, outros resultados: o desenvolvimento de duas dissertações de mestrado, iniciadas em 2023 e direcionadas ao estudo das ocupações urbanas do MLB em Natal. A primeira pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN (PPGAU/UFRN) e ao grupo de pesquisa Ecohabitat, foca nas ocupações realizadas no centro da cidade ao longo da última década.

Já a segunda, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), associada ao Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB-USP), analisa as ocupações promovidas pelo Movimento desde o início de sua atuação na cidade, em 2004. Esses dois profissionais, agora pesquisadores-assessores-extensionistas, seguem trabalhando junto ao MLB e aos projetos de extensão da UFRN, fortalecendo a integração entre o ensino (na graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e a prática profissional.

Esses desdobramentos evidenciam ainda o necessário diálogo entre a UFRN e outras instituições de ensino e/ou assessoria técnica profissional. O grupo, que agora se institucionaliza como Coletivo Habitat Popular (C-POP) - vinculado ao DARQ/UFRN - compõe uma rede nacional junto ao LabHab (e outras organizações) intitulada "Rede Moradia e Assessoria" e também um grupo de pesquisa (junto à outros grupos de outras Universidades) intitulado "Planejamento e assessoria popular em conflitos urbanos e territoriais no Brasil".

Voltando ao cotidiano do acompanhamento das ocupações do MLB em Natal, o início do ano de 2023 marcou o vencimento do contrato de aluguel do galpão que acolhia as famílias da Ocupação Emmanuel Bezerra durante a espera das unidades habitacionais do Programa Pró-Moradia - cuja obra foi paralisada ainda na etapa inicial de preparo do terreno, razão pela qual as negociações com o Governo do Estado e a PMN foram retomadas. A coordenadora do EMAU participou dessas reuniões ao lado de outros grupos extensionistas da UFRN e de mandatos parlamentares municipais e federais que apoiavam o Movimento, buscando identificar novo local para realocar as famílias, considerando as péssimas condições de habitabilidade a que estavam submetidas e a possibilidade de não renovação do contrato por parte do proprietário.

Até a metade do ano, ocorreram diversas reuniões de negociação, nas quais o MLB apresentou a necessidade de um espaço coletivo para garantir a continuidade da Ocupação, evitando a desmobilização do grupo, mantendo as redes de apoio ativas e assegurando o acompanhamento do Movimento às famílias. Em contraponto, a Prefeitura sugeriu a concessão de aluguel social individual, no valor de R\$600,00 por família, quantia incompatível com os preços do mercado imobiliário na mesma região da Ocupação, além de ser insuficiente para cobrir o período estimado até a entrega das unidades habitacionais. Além disso, experiências anteriores demonstraram que o pagamento de aluguel social frequentemente sofria atrasos, o que gerava insegurança para as famílias. Esses impasses levaram à paralisação das negociações até 2024.

Sobre a Ocupação Palmares, após a conclusão do estudo de viabilidade realizado em 2022, embora o diálogo com o Poder Público não tenha avançado, o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E), no final de 2023, abriu novas possibilidades para o Movimento e para a assessoria. Diante desse cenário, estruturou-se a equipe que já vinha trabalhando com o MLB, composta por dois arquitetos-assessores e a docente do

DARQ/UFRN, para desenvolver uma proposta de construção de um conjunto habitacional destinado às famílias da ocupação, utilizando um terreno livre pertencente à União, imediatamente atrás da Palmares, no bairro das Rocas (figura 9). Ao longo do processo, outra arquiteta-assessora, doutoranda do PPGAU/UFRN, se aproximou e passou a compor o grupo de trabalho.

Figura 9: Terreno do PMCMV-E



Fonte: Os autores, 2024.

O edital para concorrer ao PMCMV-E foi aberto em outubro de 2023, com enfoque na apresentação do terreno onde seria realizado o empreendimento. A partir dessa demanda, os assessores, junto ao Movimento, elaboraram um estudo de viabilidade preliminar, avaliando as tipologias possíveis e a quantidade de unidades habitacionais que poderiam ser implantadas no local, e iniciaram articulação junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para viabilizar a cessão do imóvel para o MLB. A proposta foi desenvolvida em outubro, composta por um estudo urbanístico atestando as características locais e infraestrutura existente na área, além da documentação preliminar indicando a possibilidade de cessão de uso para construção do conjunto habitacional. A submissão fez parte de uma ação nacional do MLB, que solicitou um total de 1000 unidades habitacionais ao Programa: desse total, 148 estavam previstas para o Conjunto Quilombo dos Palmares.

Os trabalhos seguiram quase pausados até o resultado da concorrência ao edital, divulgado no início de abril de 2024. Nesse momento, a Caixa Econômica Federal (CEF), entidade que conduz o Programa, passou a divulgar uma série de procedimentos, requisitos e prazos para as próximas etapas de submissão ao PMCMV-E. Com a sua confirmação, a SPU deu continuidade ao processo de cessão, ao longo do qual houve redução na área do imóvel cedido, que levou à necessidade de adaptar a proposta aos novos limites. A partir daí,

Movimento e assessoria voltaram a discutir os estudos, revendo a tipologia habitacional e aperfeiçoando a proposta para atender aos requisitos da CEF (figura 10).

Figura 10: Galpão ocupado (amarelo) e terreno proposto para o Conjunto Palmares aos fundos (vermelho).



Fonte: Os autores, 2024.

Nesse processo, os arquitetos-assessores têm participado auxiliando na interpretação de exigências técnicas, identificação e mediação de novas parcerias, além do desenvolvimento dos produtos de competência da Arquitetura e Urbanismo. Entretanto, tem sido uma dificuldade central no processo a viabilização dos estudos e elaboração dos produtos necessários sem recursos financeiros, já que, a despeito da proposta ter sido aprovada na primeira etapa, ainda não houve liberação de recursos para desenvolvê-la, embora seja exigida a apresentação de serviços técnicos (sondagens preliminares, estudo ambiental, elaboração de cronograma físico-financeiro do projeto, plano de trabalho social, etc.) para avançar com a contratação do projeto do conjunto habitacional.

De volta à Ocupação Emmanuel Bezerra, a precariedade no galpão, resultante do atendimento inadequado e da suspensão das negociações para realocação das famílias por parte do Estado, levou o MLB à ocupação de um novo imóvel, em janeiro de 2024, buscando oferecer melhores condições de moradia até a entrega das unidades habitacionais e pressionar pela retomada do diálogo com o Poder Público. O novo espaço, situado no bairro de Petrópolis, área nobre da cidade, apresentava edificações em ruínas e uma área livre, sombreada por árvores, que foi utilizada pelas famílias para construção de novos barracos (figura 11). O intuito do Movimento não era necessariamente permanecer no local, mas reabrir o diálogo com a PMN e o Governo do Estado, retomar as negociações por um espaço para estadia digna até a entrega das unidades habitacionais prometidas.

Figura 11: Ocupação Emmanuel Bezerra no novo terreno ocupado



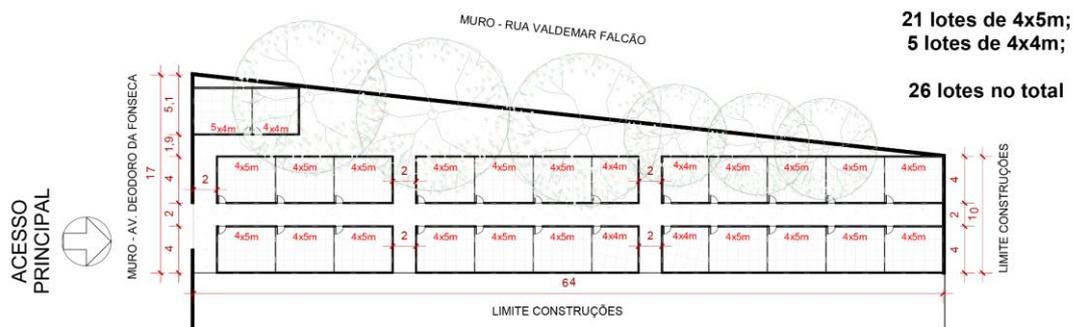
Fonte: Os autores, 2024.

Durante a primeira plenária no novo endereço da ocupação, o Movimento solicitou auxílio aos arquitetos-assessores para desenvolver uma proposta de ocupação do espaço, tendo (novamente) como parâmetro a urgência de consolidar os barracos para dificultar possíveis remoções, além da proteção contra as intempéries. Considerando essa situação foram elaboradas duas propostas de implantação de barracos, seguindo as medidas solicitadas pelo MLB (4x5m) e visando o maior aproveitamento possível (figura 12).

A partir do conflito instaurado com a mudança, que envolveu um novo processo judicial visando a reintegração de posse movida pela empresa privada proprietária do terreno, o MLB conseguiu negociar com o Governo do Estado do RN a cessão de outro imóvel - de sua propriedade - para abrigar as famílias. A edificação, localizada no bairro do Alecrim, havia funcionado como sede da polícia, mas estava ociosa e em estado de conservação precário, necessitando de reforma para receber o Movimento (figura 13).

Uma das arquitetas-assessoras acompanhou as famílias da Emmanuel Bezerra na vistoria inicial do prédio, participando do diálogo com os representantes do Governo para definir os pontos a serem requalificados e os ajustes necessários. A visita, realizada em agosto de 2024, derivou um relatório com fotos do local e detalhamento do escopo acordado para a intervenção, constituindo material que permitisse ao MLB cobrar a efetivação dos termos do acordo.

Figura 12: Proposta de implantação da Ocupação Emmanuel Bezerra no novo terreno ocupado



1 Implantação no terreno - Proposta 2
1:350



Foto Satélite



Imagens da proposta 2

Fonte: Os autores, 2024.

Figura 13: Ocupação Emmanuel Bezerra no prédio cedido temporariamente pelo Governo do Estado, após reforma.

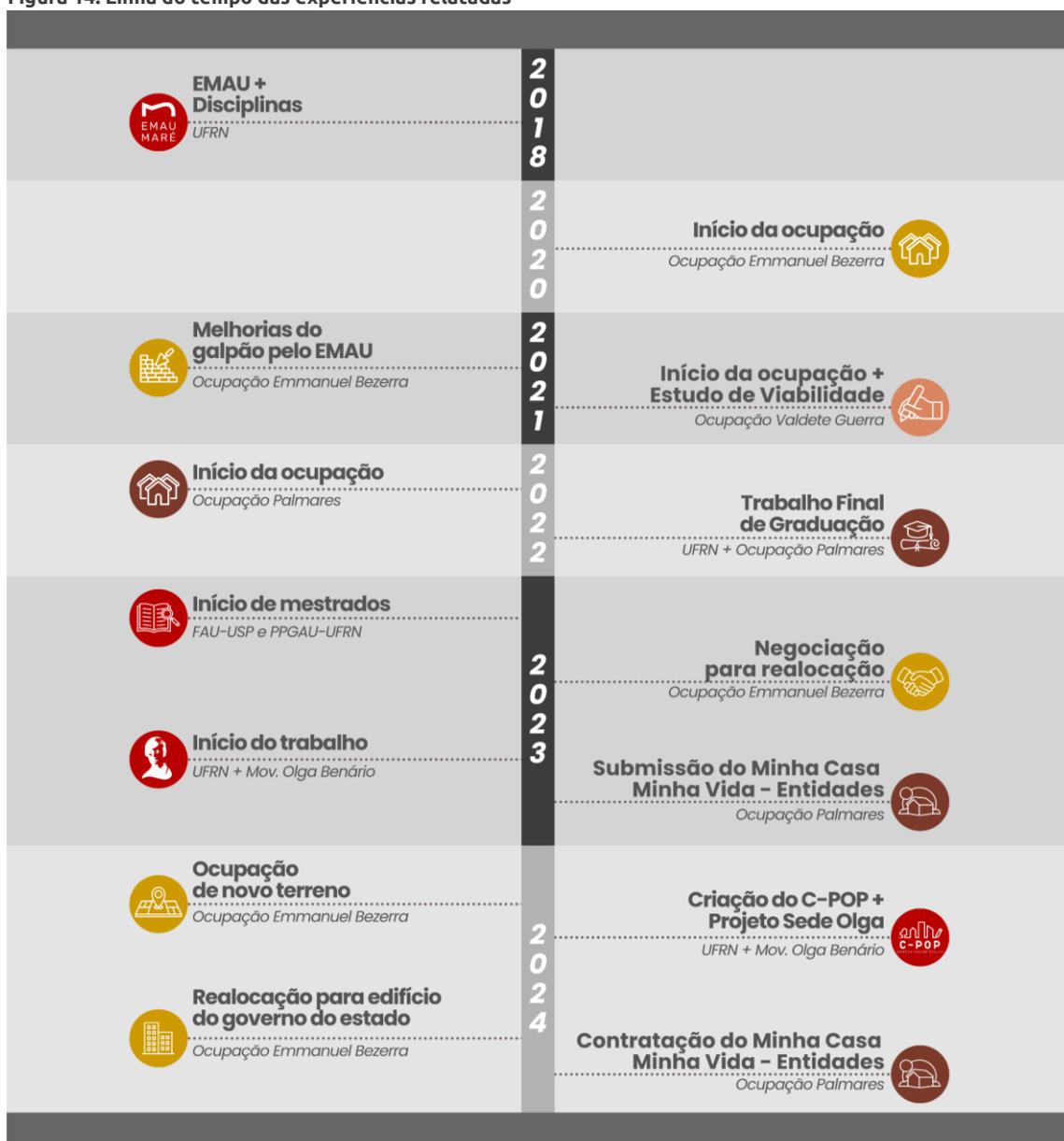


Fonte: Os autores, 2024.

A obra, no entanto, se prolongou além do previsto, tendo contemplado os pontos básicos de infraestrutura em função do acompanhamento e cobranças do Movimento. Pressionadas pela ordem de reintegração do terreno em Petrópolis, no final de setembro de 2024 as famílias tiveram de apressar a finalização da reforma e se mudar para o novo imóvel. Após se acomodarem no local, ressaltam a boa localização do prédio e melhores condições de ventilação, em comparação aos imóveis ocupados anteriormente, mas também notam problemas, sobretudo, nas instalações hidráulicas.

Apresenta-se a figura 14 que sintetiza as experiências relatadas, e as que virão a posteriori e evidencia os momentos em que ocorreram:

Figura 14: Linha do tempo das experiências relatadas



Fonte: Os autores, 2024.

2. NOVAS COSTURAS: O C-POP E O MOVIMENTO OLGA BENÁRIO

Em novembro de 2023, teve início o desenvolvimento do primeiro trabalho dos arquitetos-assessores, que já vinham trabalhando com o MLB, junto ao núcleo do RN do Movimento de Mulheres Olga Benário. Originado em 2011, é um movimento que dá centralidade às mulheres na luta por um Estado socialista (Cegatti, 2019), defendendo o combate à violência à mulher e reivindicando políticas públicas efetivas para a causa. Atuando junto ao MLB e integrando também o partido político Unidade Popular pelo Socialismo (UP), o Movimento Olga Benário⁵ hoje desenvolve ações em mais de 20 estados brasileiros.

A Ocupação Anatalia Alves, primeira organizada pelo movimento no RN, foi realizada para denunciar o aumento da violência e o descaso com a vida das mulheres no estado. Iniciou-se em 25 de novembro de 2023, no bairro Tirol, área nobre da cidade, com a entrada em uma edificação de propriedade da UFRN ociosa há cerca de 10 anos (figura 15).

Figura 15: Fachada do primeiro prédio da Ocupação Anatalia Alves.



Fonte: divulgação do Movimento Olga Benário via instagram (@movimentoolga.rn), 2023.

A UFRN rapidamente contestou a ocupação, entrando com pedido de reintegração de posse, o que deu início ao diálogo entre o Movimento e a Instituição por vias legais. O argumento central da equipe da Universidade foi o risco que a edificação oferecia à integridade física das ocupantes. Na perspectiva de averiguar esse risco, foram realizadas vistorias pela Defesa Civil municipal e pela equipe de Infraestrutura da própria UFRN. Assim como no caso da Ocupação

Emmanuel Bezerra, o grupo que já trabalhava com o MLB foi chamado pelo Movimento Olga Benário na primeira semana da Ocupação Anatália Alves, para avaliar e discutir a possibilidade de permanência no edifício.

A partir daí, a docente responsável pelo contato e um arquiteto-assessor egresso da UFRN acompanharam o Movimento nas reuniões de conciliação para debater a permanência da ocupação no prédio. Desses espaços, participaram representantes da UFRN, do Governo do Estado do RN, do Município e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), além da coordenação local do Movimento Olga Benário e de advogados populares parceiros. Frente às análises técnicas apresentadas pela equipe da UFRN, atestando risco significativo de colapso estrutural, o Movimento e sua assessoria argumentaram pela requalificação do imóvel. Ainda assim, o diálogo foi encaminhado no sentido da desocupação do prédio.

A saída das ocupantes, no entanto, foi condicionada à determinação de outro local para continuidade da Ocupação e das atividades da casa de referência. O acordo final incluiu a cessão, por parte da SPU, de um imóvel ocioso no bairro da Ribeira, a ser reformado para abrigar as atividades do Movimento e cujo financiamento se daria por meio de emenda parlamentar, enquanto o projeto de reuso seria desenvolvido pelos arquitetos parceiros do Movimento.

Tendo em vista a demanda da Ocupação Anatália Alves, as outras atividades que vinham sendo desenvolvidas junto ao MLB e a necessidade de oficializar as ações e poder envolver outros alunos da graduação e pós-graduação, o projeto de extensão Coletivo Habitat Popular (C-POP) foi formalizado em fevereiro de 2024. Vinculado ao DARQ/UFRN, o projeto se propõe a prestar assessoria popular/assistência técnica a partir do diálogo com grupos em situação de vulnerabilidade, organizados em movimentos sociais ou não - população que, usualmente, não têm acesso ao serviço de arquitetos e urbanistas. Além dos profissionais que já assessoravam o MLB e que, portanto, foram convidados a acompanhar o Olga Benário, se juntaram ao projeto três estudantes do CAU/UFRN e uma doutoranda do PPGAU/UFRN.

O projeto para o Centro de Referência Anatália Alves foi a principal demanda desenvolvida pelo C-POP entre fevereiro e setembro de 2024, marcando o início oficial de suas atividades e a incorporação de novos membros. O imóvel cedido pela SPU é um antigo armazém, ocioso há alguns anos, localizado na poligonal de tombamento delimitada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com cerca de 212m² (figura 16).

A partir do diálogo com as integrantes do Movimento foram mapeados os usos desejados e as necessidades espaciais do centro de referência, que balizaram a proposta de intervenção. Além da ação projetual em si, o CPOP vem participando do diálogo entre os sujeitos envolvidos no acordo judicial que deu origem à proposta de reforma e dando suporte às integrantes do Olga Benário no processo de articulação política que se fez necessário para viabilizar a ação. O desenvolvimento do projeto acabou sendo direcionado pelas necessidades imediatas que foram surgindo durante essa articulação, sendo necessário agilizar subprodutos do projeto em diferentes momentos.

Figura 16: Fachada do imóvel cedido pela SPU para construção do Centro de Referência Anatólia Alves.



Fonte: autores, 2023.

Por parte do CPOP, para dar continuidade ao projeto, a falta de profissionais ou estudantes de engenharia na equipe dificultou o desenvolvimento de aspectos importantes da proposta, em especial no que diz respeito ao orçamento e avaliação das estruturas existentes. Em alguns momentos, o acesso ao imóvel também foi dificultado, levando à antecipação (não ideal) de etapas projetuais - o primeiro estudo preliminar, por exemplo, teve de ser feito antes do levantamento *in loco*, apenas com fotos de uma visita anterior e com as medidas da escritura do lote. No esforço de superar os entraves, buscaram-se articulações com profissionais parceiros do Movimento e com outros projetos de extensão da UFRN, além do diálogo com diferentes órgãos públicos.

No que diz respeito à formação dos estudantes que participaram dessas atividades, a extensão possibilitou o desenvolvimento de um projeto com demandas e condicionantes reais com forte inserção social e em diálogo com pessoas que normalmente não têm acesso ao trabalho do arquiteto. Isso trouxe para os alunos uma série de elementos com os quais eles normalmente não lidam em sala de aula, como a necessidade de aliar diferentes interesses - por vezes conflitantes - e de conseguir dar resposta à urgências, imprevistos e alterações no escopo e nas possibilidades de intervenção.

O contato com os entraves burocráticos e com as articulações necessárias ao desenvolvimento das atividades também os expôs a um processo projetual diferente, onde o ponto principal do trabalho desenvolvido não era o desenho técnico, mas sim a viabilização

da proposta como um todo: a obtenção de recursos, o diálogo com entes públicos, a cessão de uso do imóvel etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo de trabalho aqui apresentado evidencia a forte e relevante rede entre as práticas extensionistas, o ensino e a pesquisa em Arquitetura e Urbanismo - especialmente aquela que toca a temática da Habitação de Interesse Social - ampliando e aprofundando o aporte teórico-metodológico que as suporta.

Entretanto, há muitos desafios ao se articular a extensão e os **processos** de assessoria técnica, visto que o tempo da academia é diferente do tempo do cotidiano (e das urgências) dos movimentos. As demandas deste tipo de trabalho ensejam processos de escuta, acordos e mobilizações políticas internas e externas aos coletivos de trabalho, além da projeção propriamente dita, dos vai e vens entre propostas, sua implementação (ou não). Dificilmente esse contexto se adapta aos semestres letivos, razão pela qual a organização dos grupos extensionistas é suporte essencial para as práticas de ensino visto que eles conseguem dar a continuidade ao que as disciplinas, normalmente, conseguem apenas iniciar.

Apesar disso, as vivências dentro das ocupações têm sido experiências únicas para os estudantes de Arquitetura e Urbanismo que conseguem ver (e viver) na prática, a auto-construção e aprender tecnologias sociais por meio de uma "sala de aula de aula não convencional": a cidade real. Além disso, propor soluções para problemas da realidade em diálogo com a população é fundamental para o aprendizado de metodologias participativas. Daí tem-se gerado trocas importantes.

Os desafios que se colocam com as novas diretrizes de curricularização da extensão, já têm sido enfrentados no CAU/UFRN há muito tempo. Algumas experiências têm sido exitosas, e outras ainda precisam de muito aperfeiçoamento, com vistas a consolidar a percepção de que não é possível construir cidades mais justas sem aproximar a universidade da sociedade, em especial daquelas pessoas para as quais o conhecimento técnico é, normalmente, inacessível. Por fim, esse artigo não esgota as experiências de interseção entre ensino, pesquisa e extensão do DARQ/UFRN, nem as atividades de assessoria do coletivo aqui apresentado, mas oferece reflexões sobre a forma de fazer este tipo de Arquitetura e Urbanismo e, ao fazê-lo, permite a elaboração sobre os limites e, sobretudo, as potencialidades da atuação combinada entre a universidade extensionista, os assessores técnicos e os movimentos populares de moradia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miró Aires. **Ocupar o centro:** diretrizes para regularização de vazios urbanos em áreas centrais como habitação de interesse social. 149f. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

ANDRADE, Sarah de Andrade e; SILVA; Rodrigo; LEÔNIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; BRASIL, Amíria Bezerra; O Fórum Direito à Cidade e a extensão universitária: limites e possibilidades para a construção coletiva de políticas e projetos urbanos populares. **XX ENANPUR** - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2023, Belém. Anais XX Enanpur, 2023.

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce P; MORETTI, Ricardo S.; BRASIL, Amíria B.; ATAÍDE, Ruth M. C. Qualificação de segurança e situações de risco: desafios para a consolidação do habitat na relação ensino, pesquisa e extensão. DARQ/UFRN. Brasil. **Anais dos 25 anos da Rede ULACAV:** Reflexão sobre avanços e retrocessos para uma formação em Habitat. Recife: Editora UFPE. 2019. p. 341- 349. Disponível em: <https://redulacav.org/wp-content/uploads/2021/07/ANAIS-ULACAV-XXV-FINAL-CON-ISBN.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CEGATTI, Amanda Carolina. " As ocupações do Movimento Olga Benário e a Desobediência Civil Feminista". **Revista Movimentação**. Dourados (MS): UFGD, 2019, Vol. 6, N. 10, p. 80-95.

D'OTTAVIANO, Camila. Extensão em movimento. In: D'OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. **Além dos muros da Universidade:** Planejamento Urbano e Regional e Extensão Universitária. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019. p. 15-30. Disponível em: http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2022/10/livro_II_alem-dos-muros-da-universidade_final.pdf. Acesso em 21 nov. 2024.

GORDILHO-SOUZA, Angela M. **Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade** – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; apresentada ao PPGAU-FAUFBA, 2011.

MLB. Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas. **Morar dignamente é um direito humano!** As propostas do MLB para a reforma urbana. Recife. 2019. Edição Setorial Nacional de Formação do MLB.

SANTO AMORE, C.; PEREIRA, R. B.; Horigoshi, M. R. S. B. Resistências urbanas e assessoria técnica, a arquitetura possível e necessária. **III Urbfavelas** - Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2018, Salvador. Anais III Urbfavelas - Seminário Nacional de Urbanização de Favelas, 2018.

TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabrício Leal; COLI, Luis Régis. Planejamento Autônomo e Ação Política na Produção da Cidade: Movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo. **XVIII ENANPUR** - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. Anais XVIII Enanpur, 2019.

¹ O curso de graduação em arquitetura e urbanismo da UFRN completou 50 anos de fundação em 2023, e 50 anos de início da primeira turma em 2024. Desde sua origem há uma forte relação entre as discussões da/na cidade - e mais contemporaneamente de sua região metropolitana - e o curso, a partir da atuação de seus docentes e discentes.

² Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/quem-somos>>. Acesso em 18 nov. 2024.

³ Apesar da aproximação com o EMAU ter se dado a partir do ano de 2020, o Movimento já dialogava com outros grupos do DARQ/UFRN, sobretudo, em função do processo de revisão do Plano Diretor de Natal (2017-2022), quando foi um dos únicos movimentos populares de luta por moradia a permanecer (com muita dificuldade e limitações) engajado no debate, mesmo diante da pandemia do Covid-19.

⁴ Os projetos procurados foram: Motyrum Urbano, Fórum Direito à Cidade, EMAU Maré e Apre(e)nder a cidade: percepção, educação e vivências sobre o patrimônio.

⁵ As experiências de ocupação desse movimento tiveram início em 2016, na cidade de Belo Horizonte, e desde então vêm sendo organizadas pelo movimento em diferentes cidades do país, sempre em imóveis ociosos, de forma a conseguir espaços adequados para atender mulheres vítimas de violência, seja no local ocupado ou em outros imóveis, cedidos pelo Poder Público. Além de abrigá-las, as casas de referência também fornecem formação política, assistência social, jurídica e psicológica (Cegatti, 2019).